

BIOPOLÍTICA E NEOLIBERALISMO: UMA REVISÃO SOBRE A CONTROVERSA INTERPRETAÇÃO DE MICHAEL BEHRENT SOBRE MICHEL FOUCAULT*

BIOPOLITICS AND NEOLIBERALISM: A REVIEW OF MICHAEL BEHRENT'S CONTENTIOUS CLAIM ABOUT MICHEL FOUCAULT

Eduardo Zaidhaft**
Leif Grünewald***
Monah Winograd****

RESUMO

Esta pesquisa teórico-conceitual examina a controversa interpretação de Michael Behrent sobre Michel Foucault, que sugere uma possível afinidade de seu pensamento com o neoliberalismo econômico no contexto da biopolítica. A literatura selecionada para esta revisão é composta fundamentalmente por dois textos de Behrent acerca da obra e da história do filósofo francês. O primeiro texto aborda a suposta associação de Foucault ao neoliberalismo por meio da análise da carreira e obra de François Ewald, um de seus discípulos mais próximos no final de sua vida. O segundo texto investiga essa associação dentro da própria obra do filósofo, demonstrando como, durante os seminários realizados no final de década de 1970, ele teria encontrado na corrente da economia neoclássica um exemplo paradigmático para suas concepções filosófico-políticas sobre o poder no contexto da biopolítica, principalmente devido ao seu caráter anti-humanista e antiestatista. Ao concluir esta pesquisa sobre a perspectiva controversa de Behrent sobre Foucault, destaca-se a importância de se ter uma visão plural das interpretações a seu respeito para que seja alcançada uma compreensão mais completa e abrangente das complexidades inerentes à obra deste que é um dos pensadores mais influentes da segunda metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault; liberalismo; humanismo; biopolítica; risco.

ABSTRACT

This theoretical-conceptual research examines the contentious claim of Michael Behrent regarding Michel Foucault, which suggests a possible affinity of his thought with economic neoliberalism in the context of biopolitics. The literature selected for this review primarily comprises two texts by Behrent concerning the work and history of the French philosopher. The first text addresses the alleged association of Foucault with neoliberalism through an analysis of the career and work of François Ewald, one of Foucault's closest disciples during the later years of his life. The second text investigates this association within the philosopher's own work, demonstrating how, during the seminars held in the late 1970s, he found in the neoclassical economic approach a paradigmatic example for his philosophical-political conceptions of power in the context of biopolitics, given its anti-humanist and anti-statist character. Concluding this research, given the contentious perspective of Behrent on Foucault, it underscores the importance of maintaining a pluralistic view of interpretations concerning one of the most influential thinkers of the second half of the 20th century. This approach ensures a more comprehensive and extensive understanding of the inherent complexities in his body of work.

KEYWORDS: Foucault; liberalism; humanism; biopolitics; risk.

* Artigo recebido em 04/08/2023 e aprovado para publicação em 15/11/2023.

** Doutorando em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Mestre em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ. Professor do curso de Medicina da Universidade Estácio de Sá. E-mail: eduardozaidhaft@gmail.com.

*** Pós-doutor em Psicologia Clínica pela PUC-RJ e em Filosofia pela UFPR e pela Université Toulouse II – Jean Jaurès. Integrante do Cogitans/CLFIL/Uepa e do Laboratório de Estudos Avançados em Psicanálise e Subjetividade da PUC-Rio. E-mail: leifgrunewald@gmail.com.

**** Doutora e mestra em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Professora Associada do PPG em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Vice-decana de Pós-graduação e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. E-mail: monahwinograd@icloud.com.

INTRODUÇÃO

Assim como nos Estados Unidos (Behrent, 2010, p. 624), no Brasil, Michel Foucault é considerado um pensador de esquerda, alinhado com a resistência a formas hegemônicas de poder. Contudo, de acordo com Behrent (2009), essa interpretação da obra do filósofo francês pode muitas vezes estar em função de um possível reducionismo acadêmico, oriundo da pouca atenção dada aos seminários por ele proferidos entre os anos de 1976 e 1979¹. Nesses cursos, o autor desviou de parte das análises que havia feito até os anos anteriores sobre o poder disciplinar e buscou estudar de que forma o liberalismo econômico caracterizaria de modo exemplar as formas contemporâneas de poder, aquelas entendidas por ele como próprias da **biopolítica**.

Com essas considerações em vista, é necessária, no entanto, a advertência de que o problema de pesquisa aqui presente não é exatamente se Foucault era ou não era um “pelego” dos ideais revolucionários, mas sim desfazer, bem de acordo com os ideais filosóficos do autor, a forma monolítica como frequentemente se compreende a subjetividade e a política. Isto é, se a questão aqui fosse a do binarismo “Será que ele é?” (a favor ou não do liberalismo econômico), a única opção disponível seria a de se redundar num movimento que extirparia do autor aquilo que ele tem de mais rico, ou seja, o modo dinâmico com o qual marchou seu pensamento.

Por esse intuito de explorar o dinamismo do pensamento de Foucault, o presente trabalho buscará expor um pouco os contornos da origem de um projeto crítico foucaultiano no ambiente acadêmico francês durante os anos de 1970 e sua relação com a questão do neoliberalismo, para então lançar luz sobre as associações de Foucault ao neoliberalismo, a partir tanto de sua divergência teórico-política com a filosofia política marxista, como em relação aos rumos que François Ewald – ex-maoísta da geração de 68, assistente de Foucault e um dos principais coeditores de suas obras – seguiu após o falecimento dele. Dessa forma, o horizonte deste estudo de se considerarem as diversas máscaras de Foucault terá, como contrapartida, a análise de uma delas em particular, que não deve ser tomada como a resposta definitiva sobre quem foi esse filósofo. Essa máscara será, assim, aquela esculpida por Behrent, e que questiona em que medida Foucault teria feito ou não uma apreciação positiva ao liberalismo econômico. Se Pasquale Pasquino (*apud* Behrent, 2010, p. 624) observa que

¹ Dentre eles destacam-se *Segurança, território e população - 1977-1978* (2008a) e *Nascimento da biopolítica - 1978-1979* (2008b).

Foucault “mantinha aqueles(as) mais próximos(as) a ele de modo a permanecerem infiéis”, Behrent (2010, p. 624, tradução nossa) se questiona:

Em um campo, compreendendo pensadores e pensadoras como Giorgio Agamben e Antonio Negri, há aqueles que defendem um Foucault politicamente radical. Em outro, incluindo Ewald e outros estudiosos(as) próximos(as) a Foucault ao final dos anos setenta, depreende-se de seu pensamento o que só pode ser chamado de implicações reformistas. Certa vez Ewald se perguntou: “Como nada pode ser verdade, já que tudo é marcado por uma arbitrariedade irreduzível, o que então torna o poder aceitável?” Essa questão pode muito bem ser a questão fundamental do(a) foucaultiano(a) reformista.

2 UMA VIRADA DE PENSAMENTO

Durante a segunda metade dos anos de 1970, a produção intelectual foucaultiana teve uma relação privilegiada com a conjuntura política aberta pelos acontecimentos de maio de 68, e seus desenvolvimentos teóricos foram acompanhados por uma série de ações políticas dentro da esquerda da extrema-esquerda francesa.

Em tal contexto, a maneira como Foucault abordou o modelo neoliberal em 1979 encontrava-se diretamente relacionada à problematização mais geral sobre o papel do intelectual e às atitudes críticas voltadas justamente para essa realidade. Prova disso, segundo argumentou Verlengia (2019), é o fato de que os cursos *Em defesa da sociedade* (1975-1976), *Segurança, território e população* (1977-1978), e *O nascimento da biopolítica* (1978-1979) possam ser considerados – não só do ponto de vista metodológico, mas também teórico –, um momento de reviravolta e de reavaliação da direção de suas investigações futuras. No curso de tal processo, Foucault teria começado, então, a dar a seus cursos um caráter mais flexível, tornando-os um espaço aberto para críticas e novos questionamentos, permitindo maior transparência em relação aos acontecimentos.

Enquanto o contexto sociopolítico passara a desempenhar para Foucault um papel importante em suas decisões teóricas, o próprio título dos cursos passou a não corresponder mais exatamente ao conteúdo do curso, dando vistas a um novo momento em que novos temas, conteúdos e trajetórias teóricas são inevitavelmente alterados, adaptados e reenquadrados para alcançar objetivos importantes e mais políticos – caminho este que levou Foucault a abordar pela primeira vez certo tema do neoliberalismo em seu curso de 1979, comentando sobre o cenário político francês da época. Assim, se foram as condições criadas por esta mudança que possibilitaram, por exemplo, a emergência de dois dos conceitos mais difundidos de Foucault na atualidade – a saber, a biopolítica e a governamentalidade –, foram

elas também que permitiram a Foucault uma revisão de sua abordagem do problema do neoliberalismo, deslocando-o do horizonte teórico da biopolítica para um nível mais profundo, concernente a uma nova abordagem sobre o poder.

Como um desdobramento de suas reflexões acerca do funcionamento das técnicas modernas de poder, Foucault passará a dedicar muitas lições à arte liberal de governar. Se era verdade que desde o curso sobre o nascimento da biopolítica Foucault dedicava-se a fazer conjugar a pesquisa histórica e a análise do presente, seria tendo como anteparo a reação crítica de Keynes ao liberalismo que Foucault daria vistas a uma crise de governamentalidade. Crise essa que se encontraria expressa numa ambiguidade fundamental da arte liberal de governar: buscar, simultaneamente, criar liberdades e geri-las por meio da mobilização de numerosos mecanismos de intervenção que acabam por produzir efeitos contrários àqueles que se poderia esperar. Isso porque enquanto neoliberais como Hayek traziam como ponto nevrálgico de sua argumentação que tal lógica intervencionista não dava conta de proteger as liberdades econômicas e os estados contra o mau agouro daquilo que se nomeava por eles de ‘os caminhos da servidão’ para os quais conduziriam o socialismo, o fascismo e o nacional-socialismo, Foucault cuidaria de observar que isso caracterizava a própria ambiguidade típica do neoliberalismo: a busca pela proteção do campo econômico de toda e qualquer intervenção pública coincidia ambivalentemente com a defesa da instauração de mecanismos políticos intensos destinados a assegurar o funcionamento da dinâmica econômica concorrencial.

Assim, enquanto Foucault reconheceria, de acordo com Lagasnerie (2013), uma potencialidade crítica inscrita na racionalidade neoliberal radicada no fato de essa tradição ter se afirmado no quadro de uma oposição à razão de estado, na raiz dessa atitude não haveria de fato nenhum corpo feito de axiomas nem teóricos e nem filosóficos, assim como também não haveria ali alguns princípios ideológicos básicos. Pelo contrário! Conforme sugeriu Lagasnerie (2013), a caracterização dos intelectuais implicaria a invocação de um conjunto de “obsessões quase psicológicas” – um impulso comum categorizado por Foucault como uma espécie de “fobia de Estado”.

Diante desse quadro, Foucault perceberia o neoliberalismo como uma das encarnações contemporâneas de uma certa tradição crítica. Conforme Foucault (1990) argumentou numa palestra intitulada *O que é crítica?*, a crítica nesse caso específico consistiria num gesto de se colocar do lado dos governados e em se posicionar contra as formas de governo. É claro que no caso do neoliberalismo essa reivindicação não se baseia exatamente na recusa incitatória de nenhum governo, mas sim numa vontade mais difusa de não se deixar reger por nenhuma

forma de governamentalidade do Estado a partir do questionamento da própria possibilidade do Estado.

Nesse sentido, as análises foucaultianas, ao colocaram em comparação essas duas faces contraditórias do neoliberalismo: de um lado, uma reação crítica eficaz e transformadora; de outro, uma lógica governamental extremamente ativa que buscava atenuar os efeitos de seu próprio poder no interior do campo social buscavam produzir uma visão do presente potente o suficiente para criticar uma lógica governamental e localizar nesse quadro os personagens positivamente estratégicos. Assim, o neoliberalismo não aparece para Michel Foucault como uma doutrina ou uma ideologia. Ele a define de forma mais geral, como um sistema de pensamento, uma forma de ver o mundo. É, diz ele, um “estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação” (Foucault, 2008b, p. 302). Em suma, não se trata de algo constituído, de um corpo axiomático, de um programa. O neoliberalismo deve ser visto como um modo de ser, uma formulação teórica da preocupação ética de não ser governado.

Partindo, então, do que existiria numa trama histórica a fim de compreender as vias do possível, a abordagem foucaultiana do neoliberalismo mostrava com alguma clareza que quando o que se encontrava em questão era a construção de estratégias de luta, cabe a nós – aqueles que se encontram do lado dos governados – decidir se queremos tentar mudar o controle desse poder, por meio de reapropriações, reajustes, reorganizações, etc., o que implicou que Foucault conhecesse a fundo como funcionam esses mecanismos de poder.

Nesse sentido, é importante notar que não é porque Foucault dá vistas a essa espécie de ‘positividade produtiva’ do poder que ele afirma que estamos presos, trancados; da mesma forma, não é por enfatizar a eficácia das revoltas religiosas ou a inventividade do neoliberalismo que as aborda, se deixa seduzir ou aceita seus preceitos. Seu projeto crítico visava, justamente, tomar o presente como objeto principal para identificar alguns empreendimentos críticos que lhe permitiram destacar os processos de mudança que eles conseguiram provocar. Assim, se os novos meios de análise que Foucault inventou e quis testar passaram a lhe servir apenas porque o ajudaram a dar sentido crítico ao que fazia, então para Foucault as condições para a mudança social residiriam no desenvolvimento de estratégias específicas tanto de luta quanto de informação, conexão e produção de conhecimento direcionado no presente. Posto em outros termos, a resistência se exerce nos pontos de fricção onde os mecanismos de poder tocam o sujeito e onde o sujeito, em um ato de liberdade, adapta, transforma ou modifica justamente o domínio desse poder sobre ele.

Donde se poderia afirmar que é no espaço fronteiro entre o ‘governo de si’ e o ‘governo dos outros’ que se exerce o “direito de ser governado” e o direito de discordar.

Pois bem. O exame desses elementos que acabamos de trazer à baila dá vistas não só ao lugar que o tema do neoliberalismo ocupa no horizonte teórico no final dos anos 1970, mas também à natureza de seu posicionamento crítico. Contrapondo as visões de um Estado todo-poderoso e do poder tomado enquanto substância – o que implicaria uma visão unitária e, portanto, limitadora das possibilidades de revolução –, Foucault procurou desenvolver e evidenciar uma atitude crítica e inventiva colocada para além dos velhos padrões de luta. Isso porque, para esse autor, o enfrentamento de um novo tipo flexível e estratégico de poder como a biopolítica – diante das lições aprendidas tanto com os movimentos de contraconduta, quanto com o próprio neoliberalismo e seu esforço para criar sua própria governamentalidade – não poderia se efetuar pelo emprego com os mesmos instrumentos de antes. Nesse sentido, Foucault passaria a lançar mão de múltiplas estratégias que se efetuavam na fronteira entre diferentes campos disciplinares a fim de fazer aparecer singularidades e transformações que só poderiam ser efetuadas por meio de um trabalho do pensamento sobre si mesmo – este que seria, para Foucault, o princípio da história do pensamento como atividade crítica.

3 FOUCAULT, SARTRE E EWALD

Como conta Behrent (2010), Ewald foi um intelectual que trabalhou como assistente de Foucault na década de 70 no Collège de France, tendo se tornado o coeditor da maior parte da obra póstuma de seu professor. Para a surpresa de outros intelectuais, Ewald se juntou ao *establishment* das corporações trabalhistas na França nas décadas que sucederam a morte de Foucault. Motivos como esse levaram-no, por exemplo, a ser acusado por Negri de ser um “foucaultiano de direita” (*apud* Behrent, 2010, p. 586), enquanto que a visão correta sobre Foucault seria aquela de um continuador das ideias marxistas do poder. Apesar das lutas de Foucault (1990) em proveito de uma “arte de não ser governado”, por exemplo, em sua defesa dos direitos de prisioneiros e nas manifestações contra a ditadura espanhola, assim como as reivindicações condensadas em maio de 1968, do ponto de vista de Behrent, o exame da produção intelectual de Ewald, especialmente entre os anos de 1976 e 1986, abre margem ao entendimento de que a análise do poder empreendida por Foucault pode ter outros desdobramentos além da mera denúncia e a resistência ao poder. Nesse sentido, como Ewald o caracterizou, ao final de década de 70, Foucault já seria um pós-revolucionário, a fim de

uma reformulação, ou mesmo refutação, das políticas revolucionárias. Desse modo, o que Behrent procura explorar nesse texto é justamente como essa caracterização de Foucault dada por Ewald merece igual atenção àquela dada por Negri, mais comum na bibliografia brasileira.

Nesse sentido, o autor americano procura analisar essa máscara antirrevolucionária de Foucault por meio de alguns elementos da carreira de Ewald, a saber: (1) sua filiação ao marxismo maoísta e à responsabilidade moral de Sartre nos períodos que antecederam seu contato com Foucault; (2) o período em que esteve junto a Sartre no Collège de France, quando se tornou um crítico a essas correntes; e (3) o desenvolvimento de seu conceito de **sociedade de seguro** e sua articulação com a **regressão jurídica** descrita por Foucault (1977) a respeito das formas modernas de poder. Fora esses elementos, o texto de Behrent (2010) também procura explorar as últimas ações de Ewald, em especial em relação à campanha de *refondation sociale* e sua ligação ao mundo corporativo, o que foge do escopo deste trabalho, pois extrapola uma referência direta ao pensamento de Foucault, mesmo que sob alguma influência de suas ideias.

Como relata Behrent (2010), a inclusão de Ewald nos círculos acadêmicos organizados por Foucault no Collège de France remete à participação deles em movimentos políticos importantes na França durante o período após maio de 1968. Em um deles, disparado em fevereiro de 1970, houve um acidente envolvendo dezesseis pessoas que trabalhavam em uma mineradora, a respeito do qual Jean-Paul Sartre foi chamado para fazer parte de um “tribunal democrático” (Behrent, 2010, p. 591, tradução nossa). Segundo esse escritor existencialista-humanista, e que se filiava a causas maoístas, teria havido uma clara negligência por parte das empresas contratantes, porque, pelo argumento de que esse seria um trabalho de **risco**, poderiam simultaneamente saber de mortes iminentes e ainda assim ninguém ser responsabilizado de forma penal. Isto é, o cálculo atuarial da morte de trabalhadores(as) feito pela empresa revelaria, de acordo com Sartre, como há um planejamento de tais mortes, mesmo que ainda sem uma identidade definida que lhes corresponda, e que, por isso, a mera indenização à família das vítimas, paga por uma seguradora, constituiria má-fé. Do ponto de vista da responsabilidade moral de Sartre e das reivindicações maoístas, esse evento não foi um acidente, mas um assassinato (Behrent, 2010, p. 592), de modo que a luta seria no sentido de se punirem os culpados e culpadas em carne e osso, a burguesia, pelo ocorrido.

De acordo com Behrent (2010, p. 589), no início dos anos 70, Ewald era professor de filosofia num liceu da cidade de Bruay-en-Artois, onde se ligava a grupos da esquerda

revolucionária, em particular a *Gauche Prolétarienne* (esquerda proletária), uma organização maoísta, alavancada inclusive pelo grande nome de Sartre. Em abril de 1972, dois anos após a morte das dezesseis pessoas, um incidente nessa cidade, no qual uma jovem de dezesseis anos, filha também de um mineiro, foi encontrada morta, trouxe o interesse não somente dos holofotes, mas também dos grupos maoístas que alegavam que esse assassinato, à época atribuído a um advogado das empresas mineradoras, revelava com clareza os antagonismos de classe descritos pelo marxismo e pelas colocações de Sartre. A participação de Ewald, nesse contexto, foi crucial para a mobilização proletária, que com ele afirmava como os sistemas judiciários invariavelmente tendem a defender os interesses de classe (Behrent, 2010, p. 590). Foi no contexto de desdobramentos desse caso, em meio aos quais a esquerda radical chegou a pedir a execução do advogado em questão, que chega à história Michel Foucault, que, assim, tem seu primeiro encontro com Ewald.

Como conta Behrent (2010), na chegada de Foucault em Bruay em junho de 1972, apesar de ele haver apoiado a tática maoísta de mobilizar raiva popular frente ao advogado, o que se notou foi uma colocação um tanto diferente daquela que Sartre havia feito dois anos antes, a respeito da morte das dezesseis pessoas. Para Foucault, essa tragédia exprimiria com clareza algo que somente três anos depois ele mesmo veio a formular de modo mais explícito em *Vigiar e punir* (1977), isto é, como o aparato punitivo opera de forma capilar na sociedade. Enquanto revolucionários e revolucionárias maoístas, imbuídos(as) pela responsabilidade moral de Sartre e de um certo exagero circunstancial, concluíam que o advogado seria culpado apenas pelo fato de deter grande parte do capital da cidade, o incidente de Bruay trouxe a Foucault um exemplo do modo como veio a conceber as relações de poder. A seguir, se confere uma versão traduzida para o português de uma citação feita por Behrent, em que se encontra um trecho da entrevista que Foucault deu à imprensa no local:

As pessoas [manifestantes] aproveitaram esta ocasião para tentar inverter, pelo menos simbolicamente e nessa questão, o sistema punitivo. Eles estão tentando trazer o magistrado para o lado deles. O magistrado vai punir uma vez a burguesia para defender uma filha do povo que foi estuprada e assassinada. E assim é essa inversão do aparelho punitivo dos quais vemos no presente o exemplo... É nesse sentido que o caso de Bruay-en-Artois parece interessante. Politiza pela primeira vez em muito tempo um caso puro e simples do direito comum (Foucault *apud* Behrent, 2010, p. 590).

Nesse trecho, e de acordo com Behrent (2010), o que se nota, apesar da concordância sob certo aspecto com as reivindicações maoístas, é uma clara diferença de enfoque. Se o que mais chamava a atenção de Sartre e dos maoístas nesse incidente era a denúncia à burguesia,

para Foucault era a exemplificação do sistema judiciário como uma rede de poderes agenciados micropoliticamente e as formas de reversão dos dispositivos punitivos.

Conforme Behrent (2010), junto a esse encontro de Ewald com Foucault, houve uma grande crise interna na *Gauche Prolétarienne* devido a denúncias internas ao grupo por possíveis exageros em suas mobilizações. No bojo desse processo, algumas evidências internacionais e acadêmicas, como a revelação dos *Gulags*, também vinham apresentando relações entre marxismo e totalitarismo. Assim, pode-se pensar que, da mesma forma que a esquerda pós-68 vinha cansando-se de si mesma, Foucault, já em seu seminário de 1976, dirá sobre seu próprio trabalho: “Eram pesquisas muito próximas umas das outras, sem chegar a formar um conjunto coerente nem uma continuidade; [...] pesquisas dispersas e, ao mesmo tempo, muito repetitivas, que caíam no mesmo ramerrão, nos mesmos temas, nos mesmos conceitos” (Foucault, 2005, p. 6).

Após analisar esses dois incidentes e a ligação da responsabilidade moral de Sartre ao maoísmo francês pós-68, Behrent procura estudar as produções feitas por Ewald no período após a publicação de *Vigiar e punir*, quando já se encontrava no grupo de intelectuais composto por Foucault no Collège de France. Nesse contexto de produção acadêmica, Foucault vinha problematizando a concepção de poder por meio de uma crítica de que sua maior característica não seria a repressão própria das descrições mais alinhadas ao marxismo, mas a produção, a incitação, a formatação. Em vez de concebê-lo como uma exploração econômica a ser analisada pelas superestruturas, o poder para Foucault deveria ser visto como uma relação dinâmica devido ao seu agenciamento **microfísico**, que o liga ao macro, em efeitos como a inversão jurídica do caso de Bruay. Ainda que sem abrir mão completamente da sua concepção da sociedade disciplinar, sua análise enveredava cada vez mais ao que denominou biopolítica, uma forma de organização do poder com início no século XVIII e cujo objeto não são corpos individuais, como na disciplina, mas as populações. No entendimento de Ewald, essa qualidade biopolítica seria o cerne do **Estado de Bem-Estar Social**, o que deu início a suas produções desse período sobre a sociedade de seguro e a ideia de risco, temas a serem considerados em sua relação com o que Foucault vinha chamando de história da **governamentalidade**.

Desse modo, de acordo com Behrent (2010, p. 605), uma característica que chamou a atenção de Ewald foi a importância do capitalismo no funcionamento do biopoder. Embora ainda sob a égide da disciplina, já em sua primeira grande publicação, aquela que, ainda em 1975, fez Foucault convidá-lo para seu grupo de pesquisa, alegou que este teria tido a

felicidade de inverter as relações entre poder e produção, demonstrando que “nossa sociedade não é disciplinar porque é capitalista, mas pelo fato de que, por ser disciplinar, o capital sabe onde produzir” (Ewald *apud* Behrent, 2010, p. 605). Nos anos subsequentes, o que se conferiu na produção de Ewald, orientado pelos seminários de Foucault, foi cada vez mais um afastamento em relação às análises marxistas das relações de poder e produção. Já no contexto da análise da biopolítica, ao se debruçar sobre temas como risco e seguridade social, deparou-se com o que considerou a pedra angular da modernidade política, segundo ele, mais importante mesmo do que a Revolução Francesa: a criação na França de uma lei, no ano de 1898, que visava a assegurar trabalhadores contra acidentes no local de trabalho.

Para Behrent (2010), por meio da análise genealógica dessa lei, Ewald teria dado então os passos de sua ruptura definitiva com a responsabilidade moral sartriana, à qual se filiava nos anos que antecederam seu contato com Foucault. Dentre os fatores desse rompimento, provavelmente revelou-se de grande importância a compreensão de Ewald sobre uma inobservância da lei de 1898 por parte do maoísmo francês, fato considerado por ele como central para a falência das estratégias de total responsabilização desse movimento social. De acordo com o que Behrent (2010, p. 607) atribui ao pensamento dele, se até a época de promulgação dessa lei o que se notava era um código civil cuja ação deveria se dirigir ao “responsável” por uma certa “falta” – ao(à) proprietário(a) dos meios de produção ou, na grande maior parte das vezes, ao trabalhador ou trabalhadora –, após esse período de dezoito anos de tramitação do projeto de lei na Assembleia Nacional Francesa, o que se produziu foi uma certa dissolução dessas categorias, criando-se ineditamente a ideia de “profissional de risco”, dentro de um sistema mais amplo de seguridade social. Nesse sentido, foi a derrocada de uma responsabilização para a falta de um indivíduo em particular que deu nascimento à chamada “filosofia do risco” (Ewald *apud* Behrent, 2010, p. 609).

Isto é, apesar de acidentais na ótica do indivíduo, quando vistos sobre a amplitude da população organizada pela biopolítica, tais acidentes tornam-se passíveis de previsão. Assim, esses acidentes previstos – paradoxo da biopolítica condensados sob a ideia de risco – implicam uma transformação nas formas de governamentalidade. A relativa imprevisibilidade do corpo individual da disciplina, que deveria então ser reprimida em sua conduta desviante, transforma-se, sob a ótica das populações, num acidente previsto por cálculos atuariais de risco, que, em vez de reprimir um desvio, o incluem na ordem comum de funcionamento do poder. Junto a essa dimensão estatística, por meio da produção deste tipo – o profissional de risco – e a produção de uma instância terceira – o seguro –, o que se garantiria é uma ligação

entre o nível macro e micropolítico, na qual a amoralidade desejada pelo capital é garantida pela própria população, que acaba por desejar do Estado de Bem-Estar Social a proteção contra os riscos impostos à vida. De acordo com Behrent (2010, p. 616), a governamentalidade moderna – a sociedade de seguro, como Ewald a chamou já na década de 80 – não é mais baseada numa racionalidade de Estado, como na disciplina, mas numa racionalidade dos governados.

Nesse sentido, embora até o ano de 1976 Ewald visse nesse efeito da lei de 1898 nada mais do que um “truque sujo burguês” (Ewald *apud* Behrent, 2010, p. 608), o que se conferiu em seu texto *L'état providence*, já em 1986, dois anos após a morte de Foucault, foi uma guinada ainda mais forte contra a visão marxista dos movimentos dos quais participava, por exemplo no caso de Bruay. Segundo Behrent (2010, p. 610-611), muito de acordo com a ideia de Foucault (1994) de que Sartre era um homem do século XIX tentando entender o século XX, o grande salto no pensamento de Ewald teria sido este: a acusação dos e das maoístas, que buscavam a responsabilização moral de um indivíduo – o(a) burguês(a) – pelos acidentes de trabalho, ligava-se diretamente aos mesmos ideais da burguesia industrial do século XIX que responsabilizava os trabalhadores pelos acidentes em que estes e estas se envolvessem. Se, do ponto de vista dos liberais contrários ao que veio a ser estabelecido pela lei de 1898, o seguro dos trabalhadores torná-los-ia irresponsáveis em seus ofícios; do ponto de vista de Sartre, os revolucionários deveriam confrontar os culpados frente àquilo que eles – os gerentes das empresas mineradoras – se desresponsabilizaram.

Seja no seguro instituído pela lei de 1898, seja pela reificação de um acidente – “acidentes acontecem” (Behrent, 2010, p. 591, tradução nossa), como esses gerentes alegaram; em ambos há uma operação na qual o indivíduo cederia sua responsabilidade em lugar de uma instância terceira – uma questão de má-fé em ambos os casos, pensaria Sartre. Desse modo, de acordo com o pensamento de Ewald (1986 *apud* Behrent, 2010), há aí uma torção ideológica que une maoísmo a liberalismo, ou seja, a expressão de uma proveniência em comum²: a inscrição numa moral do **livre-arbítrio**, assentada na ideia de que a **falta** de um **indivíduo** deve ter como efeito a convocação de um aparato punitivo, a fim de ele ou ela ser **responsabilizado(a)**. Portanto, segundo Behrent (2010), o que o texto de Ewald faz revelar é como esse pensador atribui o mesmo erro ao maoísmo pós-68 que conferia aos proprietários dos meios de produção do século XIX, ou seja, uma negligência a uma

² Nesse ponto, é possível pensar sobre o que Foucault chamou de poder pastoral e sua articulação com a moral, tema que foge ao escopo deste trabalho.

governamentalidade na qual já houve o abandono da responsabilidade como peça central de ação do poder, e na qual os interesses do empregado e do empregador são integrados por meio de biopoderes como o risco. De forma resumida, no contexto da sociedade de risco, como Ewald a chamou, a liberdade do empregado é condição da possibilidade do estabelecimento de um contrato: “Ewald escreveu em 1986 que o Estado de Bem-Estar Social ocupa um espaço que é ‘aberto e jogável’ – e no qual ‘nós não temos a escolha de não jogar’” (Behrent, 2010, p. 623).

Desse modo, se há um paradoxo na ideia de risco – de que um acidente pode ser previsto –, o mesmo aconteceria em relação aos mecanismos jurídicos impostos pela biopolítica, de maneira que se poderia falar em uma exigência de liberdade. A esse respeito, conforme Behrent (2010), para além da importância da ideia de risco, outra ideia de Foucault cara ao pensamento de Ewald foi a chamada regressão jurídica, conceito que diria respeito a uma consequência da industrialização crescente, e dos diferentes riscos aos quais diversos grupos sociais, conforme a atividade laborativa por eles exercida, estão submetidos. Para Foucault (1977), a regressão jurídica se inscreveria, no contexto da biopolítica, por meio de uma descrença cada vez maior em relação à ideia de uma lei natural aplicável a toda e qualquer circunstância, o que tem como desdobramento uma ênfase nas normas contratualizadas microfisicamente. Segundo Behrent (2010), a apropriação que Ewald faz dessas ferramentas de compreensão conceituadas por Foucault vai no caminho de tratar como incoerente a denúncia a essas normas, uma vez que elas seriam o mecanismo mais eficaz de a sociedade insurgir-se contra o Estado. Há, nesse sentido da regressão jurídica, um enfraquecimento do status jurídico do Estado na regulamentação dos contratos trabalhistas para, em lugar disso, haver um acréscimo na importância dos acordos entre empregador e empregado.

Ao término desse texto, Behrent (2010, p. 620) conclui, por meio da asserção de Foucault de que seus livros eram como caixas de ferramentas, que o modo “como uma ferramenta é usada depende das escolhas e habilidades da pessoa que a maneja. Mas que os possíveis usos de uma ferramenta dependem de como elas foram forjadas”. Nesse sentido, considera que, apesar de Foucault não poder ser **responsabilizado** pelos caminhos que Ewald tomou, sobretudo a partir dos anos 90, é necessário considerar que o uso que Ewald fez dos pensamentos de Foucault pertence ao espectro de possibilidades dado por este. No entanto, se nesse texto Behrent procura explorar de que forma a carreira de Ewald explica um segmento do espectro de possibilidades de se ler Foucault, em outros textos já é possível ver o autor

anglo-americano explorando de modo mais direto de que forma esta aproximação – entre Foucault e o neoliberalismo – poderia se dar. Desse modo, se o próprio Behrent considera as múltiplas máscaras com as quais podemos vestir Foucault – da máscara de Ewald à máscara de Negri –, é preciso se considerar qual é exatamente a máscara que Behrent esculpe, ou pelo menos, qual apresenta a seus leitores e leitoras.

4 UM FOUCAULT ANTI-HUMANISTA?

Em texto anterior a esse em que discute a face “antirrevolucionária” de Foucault por meio da carreira de Ewald (Behrent, 2010), é possível encontrar com mais clareza quais seriam os pontos de convergência para Behrent (2009) entre o filósofo francês e correntes próximas ao liberalismo econômico. De tal modo, busca nesse texto estudar o fascínio de Foucault pelo neoliberalismo por meio dos seminários por ele proferidos entre os anos de 1976 e 1979 – período de fundamental importância para a construção da caixa de ferramentas que autores como Ewald vieram a utilizar. O grande intuito de Behrent nesse texto (2009), assim como no outro (Behrent, 2010), não é buscar uma conclusão a respeito de se Foucault era ou não era um neoliberal antirrevolucionário, mas sim de contextualizar esse período da história do pensamento francês, assim como do pensamento do autor, a fim de se entrever quais eram os fatores que poderiam estar influenciando uma possível aproximação.

Como relata Behrent (2009), ao desvelar as redes de poder que produzem as subjetividades, Foucault também sugeriu formas de se desemaranhar dessas forças, por meio de uma política da liberdade, aquilo chamado por ele como “a arte de não ser governado”. Junto a essa postura libertária, outros elementos, como as críticas às análises marxistas, ao estatismo e ao humanismo – Sartre citado por Behrent (2009, p. 541), em 1966, já o havia chamado de “a última barreira que a burguesia pode insurgir contra Marx” – revelam-se como de crucial importância para esse possível flerte de Foucault com o neoliberalismo. Essas associações, contudo, como entende Behrent (2009), vêm sendo negligenciadas pelos(as) críticos(as) da obra de Foucault não somente devido à demora na impressão dos seminários proferidos entre os anos de 1976 e 1979, mas também de uma verdadeira falta de vontade, por parte daqueles que defendem a associação de Foucault ao marxismo e ao humanismo, de se ouvir o que ele dizia naquelas aulas. Portanto, a discussão de Foucault sobre o neoliberalismo ao final da década de 70 pode ser vista de diferentes formas, tanto como uma aproximação

dessas ideias, como uma crítica cuja finalidade era a criação de estratégias de resistência frente à biopolítica desdobrada por elas.

Como entende Behrent (2009), a conceituação de Foucault sobre o poder retira do Estado o papel de agente principal, em lugar de um agenciamento micropolítico das normas. O autor anglo-americano entende que Foucault fazia sim uma apreciação positiva do liberalismo econômico (e não político, como no caso dos humanistas), ou seja, para ele, o neoliberalismo de autores como Becker, Friedman e Hayek, por suas variadas formas de antiestatismo, teriam uma ligação direta ao programa foucaultiano de se conceituar os poderes sem referência central ao Estado, dando lugar a uma concepção na qual eles são forças disseminadas pelo social. Portanto, é esse aspecto descentralizado de ação do poder que permite uma associação de Foucault ao liberalismo, e não um suposto apreço do filósofo francês por governantes como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, símbolos da entrada do capitalismo na era neoliberal. Desse modo, se Foucault apontou na biopolítica mecanismos que tendem à produção dos corpos conforme um interesse do poder, é preciso considerar que a crítica de Foucault ao liberalismo econômico, se é que ela existe, seria no sentido de dizer que ele não é liberal o bastante (Behrent, 2009). Nesse sentido, cumpre ressaltar que Behrent (2009) entende que Foucault apreciava positivamente o liberalismo econômico, porém rejeitava o liberalismo político, como dos humanistas dentre ele Sartre:

Por ‘liberalismo econômico’ eu chamo a escola de pensamento que afirma o livre mercado como o mais eficiente dos sistemas econômicos. Apesar de na prática eles estarem usualmente relacionados, eu o distingo do ‘liberalismo político’, entendido como a filosofia que advoga o governo representativo como assentado na lei e na garantia de direitos humanos fundamentais. Neoliberalismo se referirá, assim como para Foucault, ao liberalismo econômico em suas formas do século XX associadas ao Ordoliberalismo Alemão e à Escola de Chicago (Behrent, 2009, p. 542).

Assim, outro elemento no texto de Behrent (2009) que ratifica a interpretação de que Foucault seria mais próximo ao neoliberalismo do que ao marxismo, seria o que chama de o “anti-humanismo” de Foucault. O autor anglo-americano argumenta que o antiestatismo, presente tanto no neoliberalismo como no pensamento de Foucault, seria a “consequência lógica do [seu] anti-humanismo” (Behrent, 2009, p. 545). Seguindo os passos da “morte de Deus” descrita por uma grande referência sua – o filósofo Friedrich Nietzsche –, Foucault teria proposto “a morte do homem” (1994), enfatizando uma concepção de poder na qual a subjetividade está mais ligada a processos inter-relacionais de interações microfísicas do que às propriedades privativas de entes monádicos, sejam eles Deus, o Estado ou o indivíduo.

Segundo Behrent (2009), Foucault teria encontrado no liberalismo econômico um modo de conciliar sua defesa da liberdade das populações com a crítica ao humanismo. O surgimento dos direitos humanos, assim, não seria efeito de leis naturais transcendentais, mas resultado da necessidade do poder de criar instâncias de limitação a si próprio, por razões úteis a seu exercício, a exemplo da lei francesa de 1898, enfatizada por Ewald. Outro exemplo dessa necessidade de autorregulação do poder, em que este se autoimpõe limites para seu próprio exercício, para que possa, então, melhor se exercer, é o princípio de não interferência proposto pelo livre mercado.

Motivos como esses fazem Behrent (2009), portanto, apontar que ambos os casos – do antiestatismo e do anti-humanismo – não somente ligam Foucault ao neoliberalismo, mas também reafirmam caracterizações do poder e da relativa liberdade necessária à biopolítica, que não as colocam como expressão “consciente de um livre-arbítrio” (Behrent, 2009, p. 545). Nesse contexto, repetindo-se a asserção de Ewald (*apud* Behrent, 2010, p. 623), poder-se-ia pensar que a própria “liberdade” é um jogo em relação ao qual “nós não temos a escolha de não jogar”. Desse modo, os direitos humanos, que, por um lado, limitam a ação do biopoder, por outro, teriam como função a propagação das biopolíticas por ele engendradas. Em outras palavras, não é uma hipótese distante entendê-los mais como produtos de relações dinâmicas de autolimitação e autorreprodução do que como contratos benevolentes entre os estados-nações.

CONCLUSÃO

Assim, Behrent procura nesses dois textos (2009, 2010) explorar tanto o contexto histórico como os referenciais teóricos sobre os quais se ancoram os seminários de Foucault, sobretudo aqueles do período entre 1976 e 1979, quando se dedicou a discutir o que chamou de biopolítica, considerada por ele como a principal forma de governamentalidade da modernidade, frente àquilo que anteriormente teorizou sobre a sociedade de soberania e a sociedade disciplinar. Nesse sentido, esses estudos de Behrent dos anos de 2009 e 2010 procuram contextualizar esse possível apoio contingente de Foucault ao neoliberalismo, tanto por via de uma análise de suas produções ao fim da década de '70 como pela explanação da carreira de Ewald, um sucessor consideravelmente relevante da obra de Foucault. Embora isso tudo aponte para um Foucault contrário à leitura marxista da sociedade, um fato incontestável, de qualquer forma, é que, apesar de todo o esforço de Foucault para se distanciar dessa

corrente teórica, seus seminários sobre o liberalismo econômico claramente demonstram uma tentativa de se teorizar o social por meio de relações econômicas, o que é, em grande parte, a proposta de Marx.

Todavia, existem alguns fatores que tornam necessárias críticas a Foucault, e a Behrent também, por não lhes dar a devida ênfase. Em primeiro lugar, cabe se levantar (1) a questão já suscitada por Rios (2017), e que reforça a colocação de Gallois (2004) de que, apesar de muito letrados em áreas das ciências humanas como história, antropologia e filosofia, era escassa a educação em economia neoclássica por parte de autores e autoras franceses do pós-guerra. Acrescido a esse desconhecimento prévio em relação a tais teorias econômicas e a imaturidade de sua absorção, deve-se considerar o que também é colocado por Rios (2017) sobre (2) como a análise que Foucault faz do neoliberalismo americano, por exemplo, em *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), é derivada apenas de uma bibliografia secundária, aquela feita por Henri Lapage a respeito da obra de Gary Becker, e da qual excluem-se as partes mais matemáticas e gráficas em proveito de uma didática mais clara, porém superficial, do pensamento neoliberal. Outro elemento, também levantado por Rios (2017), é como, por esses motivos, (3) Foucault teria trazido ao “debate, assepticamente, praticamente a face acadêmica e idealista do liberalismo” (Rios, 2017, p. 19), desconsiderando em seu método as ressonâncias dessa corrente econômica sobre “a versão ideológico-política, moralista e armamentista” (Rios, 2017, p. 20) de políticas como as de Goldwater, Reagan e Thatcher. Por fim, é também importante se considerar o fato de que Foucault jamais autorizou a publicação desses seminários do final da década de 70, tendo ela ocorrido apenas postumamente e por parte de executores(as) testamentários, dentre eles Ewald. Problemas como esses trazem questões à possível argumentação de Behrent em favor de um Foucault neoliberal.

A despeito dessas questões, por fim, poder-se-ia pensar que, tal qual Foucault (1977, p. 87) pretendeu cortar a cabeça do Rei em sua filosofia política – ou seja, retirar o referencial de análise do poder de instâncias antropomorfizadas como o Estado –, a importância do empreendimento de Behrent parece fazer em se desidealizar um autor em relação a quem frequentemente se tem atribuído uma única faceta. O mais relevante nessa leitura, portanto, se refere à ruptura com essa caracterização de Foucault como homogêneo em si mesmo, o que, na verdade, revela uma clara falta de compreensão de como o próprio Foucault caracterizou a produção de subjetividade. Nesse sentido, se por vezes Behrent parece pretender “cortar a cabeça de Foucault”, por assim dizer, provavelmente não é no sentido de lhe expurgar da

esquerda crítica, mas de dar nuances também críticas a ela e assim enriquecê-la por meio da ideia de que Foucault é múltiplo em si mesmo. Desse modo, poder-se-ia dizer que a questão “Será que ele é?” não é passível de resposta fora de uma orientação multiperspectivista que permita vislumbrar o eterno jogo de máscaras entre autores como Foucault, Ewald, Behrent e tantos outros inseridos nesse debate. Tal qual Foucault argumentou a Noam Chomsky em 1971, num debate promovido pela televisão holandesa (Debate [...]), quando disse que as redes de poder constroem a realidade por meio da superposição de umas sobre as outras, é preciso se realizar uma operação de corte e costura entre essas múltiplas subjetividades a quem chamamos “Foucault”, e especialmente nesse sentido os textos de Behrent são muito profícuos e bem feitos.

REFERÊNCIAS

BEHRENT, Michael. Liberalism without humanism: Michel Foucault and the free-market creed, 1976-1979. **Modern Intellectual History**, v.m 6, n. 3, p. 539-568, nov. 2009. <https://doi.org/10.1017/s1479244309990175>.

BEHRENT, Michael. Accidents happen: François Ewald, the “antirevolutionary” Foucault, and the intellectual politics of the French welfare state. **The Journal of Modern History**, v. 82, n. 3, p. 585-624, set. 2010. <https://doi.org/10.1086/653042>.

DEBATE Noam Chomsky & Michel Foucault: on human nature. 1971. 1 video (1:10:02), WithDefiance. mar. 2013. Disponível em: <https://youtu.be/3wfN12L0Gf8> . Acesso em: 30 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. Qu’est-ce que la Critique? Critique et Aufklärung (Conferência, 1978). **Bulletin de la société française de philosophie**, v. 82, n. m2, p. 35-63, abr./jun. 1990. Disponível em: https://aufklarungsofia.files.wordpress.com/2011/03/o_que_e_critica.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. L’homme est-il mort? (entrevista com C. Bonnefoy), **Arts et Loisirs**, n. 38, 15-21, junho 1966, p. 8-9. Tradução de Marcio Luiz Miotto, revisada por Wanderson Flor do Nascimento, a partir de FOUCAULT, Michel, Dits et Écrits, vol. I, p. 540-544. Paris: Gallimard, 1994. Disponível em: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/hommemorto.pdf> . Acesso em: 30 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade** (Curso no Collège de France, 1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população** (Curso no Collège de France, 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica** (Curso no Collège de France, 1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GALLOIS, William. Against capitalism? French theory and economics after 1945. *In*: BOURG, Julian, **After the deluge**: new perspectives on the intellectual and cultural history of postwar France. Oxford: Lexington Books, 2004. p. 49-72.

LAGASNERIE, Geoffroy de. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

RIOS, André Rangel. Um ensaio sobre a literatura e novas formas de censura. *In*: RIOS, André Rangel; CARVALHO, Luiz Fernando Medeiros de. **Ensaio sobre Derrida e a literatura**. Juiz de Fora: Bartlebee, 2017. p. 17-23.

VERLENGIA, Carolina. Les origines d'un projet critique et la question du neo libéralisme: Foucault, une philosophie aux frontières. **Astérion**: Philosophie, histoire des idées, pensée politique, n. 20, 2019.